

Pedir pl
Publicar

OK

TERMO DE COMPROMISSO DE
AJUSTAMENTO DE CONDUTA QUE
FIRMA O EMPREENDEDOR
ORTHOCRIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO
LTDA PERANTE A SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL DE MEIO AMBIENTE
CENTRAL METROPOLITANA (SUPRAM
CM) PARA ADEQUAÇÃO DE
EMPREENDIMENTO À LEGISLAÇÃO
AMBIENTAL.

Pelo presente instrumento, **ORTHOOCRIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.245.986/0002-43, com sede da Avenida Beira Rio, nº 150, Distrito Industrial Simão da Cunha, CEP: 33.040-260, Santa Luzia, MG, neste ato representada por **MANOEL NOGUEIRA ALVES PEREIRA**,

PAULA PRATES PEREIRA BORLIDO, [REDACTED] e ANA [REDACTED]

DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA perante a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE CENTRAL METROPOLITANA (SUPRAM CM), com sede na Rua Espírito Santo, nº 495, no Município de Belo Horizonte/MG, representada, neste ato, por seu Superintendente, Nathália Luiza Fonseca Martins, doravante designada COMPROMITENTE, nos termos dos artigos 32, §1º, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pelo **COMPROMISSÁRIO** (protocolo R0116037/2019), em 05/08/2019, manifestando interesse em celebração de Termo de Ajustamento de Conduta;

Termo de Ajustamento de Conduta- ORTHOCRIN (11704115)

SEI 1370-01-0004962/2020-62 / pg. 1



CONSIDERANDO que o empreendimento se encontra instalado e está operando amparado ambientalmente por termo de ajustamento de conduta e seus respectivos aditivos;

CONSIDERANDO que constitui obrigação legal do **COMPROMISSÁRIO** providenciar a regularização ambiental de seu empreendimento, cujo processo de licenciamento ambiental já foi iniciado com a formalização do processo Copam de LOC nº 07618/2016/001/2016;

CONSIDERANDO a previsão legal contida no artigo 32, § 1º, do Decreto nº 47.383/18, que afirma que “a continuidade de instalação ou operação da atividade ou do empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo dependerá da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – junto ao órgão ambiental competente, independentemente da formalização do processo de licenciamento”;

CONSIDERANDO que o art. 79-A da Lei Federal 9.605/1998, prevê a possibilidade dos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA celebrarem, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores;

CONSIDERANDO que o art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, alterado pela Lei nº 13.655/2018, permite a celebração de termos de compromisso para eliminar irregularidades, incertezas jurídicas ou situação contenciosas na aplicação do direito público;

CONSIDERANDO os indícios de existência de corpo hídrico na área de instalação do empreendimento;

CONSIDERANDO a necessidade de apresentação pelo empreendedor de novos estudos que analisem a existência de corpo hídrico na área de instalação do empreendimento;

CONSIDERANDO que tais estudos são imprescindíveis para que o órgão ambiental verifique a viabilidade ambiental do empreendimento;

RESOLVEM celebrar novo TERMO DE COMPROMISSO, com cláusulas e condições a vigerem de acordo com a redação abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento das condições e dos prazos para a operação do empreendimento até a obtenção da devida licença ambiental, nos termos art. 16, § 9º, da Lei Estadual nº 7.772/1980; bem como para a execução

Assinaturas manuscritas



do controle de suas fontes de poluição, corrigindo os seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, inclusive com a reparação dos danos eventualmente causados, de acordo com o prazo estabelecido no cronograma de execução constante da CLÁUSULA SEGUNDA. O processo de licença de operação corretiva nº 07618/2016/001/2016, bem como o presente TAC, contemplará a atividade do código: B-10-03-0 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS ESTOFADOS OU DE COLCHÕES, COM FABRICAÇÃO DE ESPUMA (DN74).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O presente instrumento não antecipa, autoriza ou afasta outras espécies de certidões, alvarás, anuências, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Este termo é celebrado no uso do poder-dever discricionário da Administração Pública e, portanto, segue critérios de conveniência e oportunidade avaliados quando de sua elaboração. Deixando de subsistir esses critérios ou advindo outros que ensejam nova avaliação de mérito administrativo, este Termo poderá ser revogado.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Durante análise do processo Copam nº 07618/2016/001/2016, caso a SUPRAM-CM verifique a existência de qualquer corpo hídrico e sua área de preservação permanente, de acordo com a hidrografia local, conforme bases de dados oficiais do IBGE e IGAM, em conjunto com os estudos solicitados neste TAC, afetado pela instalação do empreendimento, em especial seus galpões, serão aplicadas as sanções e penalidades administrativas incluindo aquelas descritas no art. 107 do Decreto Estadual 47.383/2018, devendo a COMPROMISSÁRIA apresentar e executar PRAD/PRTF para a área intervinda, assim como apresentar novo projeto para o empreendimento, que respeite o corpo hídrico e sua área de preservação permanente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES A SEREM OBSERVADAS PELA COMPROMISSÁRIA

Pelo presente, a **COMPROMISSÁRIA** se obriga a executar as medidas ambientais indispensáveis relacionadas a seguir, observando-se para tanto, rigorosamente, as condições e os prazos assinalados, visando ao controle e à mitigação dos impactos negativos associados às suas atividades operacionais.



Item	Cláusula	Prazo
01	Apresentar o automonitoramento dos efluentes sanitários na entrada e saída do sistema de tratamento de efluentes – ETE, de acordo com a legislação ambiental vigente.	Trimestralmente, com a primeira apresentação em 90 (noventa) dias.
02	Apresentar o automonitoramento das emissões atmosféricas da Caldeira a lenha (Material particulado – MP), de acordo com a legislação ambiental vigente.	Trimestralmente, com a primeira apresentação em 90 (noventa) dias.
03	Apresentar planilha de resíduos sólidos gerados no empreendimento (Classificação, taxa de geração média, destino e forma de disposição final) com as licenças ambientais dos receptores dos resíduos.	Trimestralmente, com a primeira apresentação em 90 (noventa) dias.
04	Apresentar o automonitoramento das emissões sonoras em pelo menos 04 pontos no entorno do empreendimento, conforme preconiza a ABNT NBR 10.151/2000.	Semestral, com a primeira apresentação em 90 (noventa) dias.
05	Apresentar dados da sondagem SPT realizados previamente à execução das obras, acompanhado de ART.	60 (sessenta) dias.
06	Apresentar mapa potenciométrico com base nos dados SPT anteriores à execução das obras, acompanhado de ART.	90 (noventa) dias.
07	Apresentar perfil litológico resultante das sondagens SPT seção transversal, acompanhado de ART.	90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os prazos estabelecidos na cláusula segunda contam-se a partir da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da cláusula imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva cláusula. As referidas alterações serão objeto de adendo ao presente TAC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Este instrumento não inibe ou restringe, em qualquer hipótese, as ações de controle, fiscalização e monitoramento da **COMPROMITENTE** ou de qualquer órgão ambiental fiscalizador face à **COMPROMISSÁRIA**, nem limita ou impede o



exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial, a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do Poder de Polícia.

Parágrafo único: a **COMPROMITENTE** poderá realizar vistorias nas áreas operacionais da **COMPROMISSÁRIA**, objetivando verificar a observância e o cumprimento das medidas ambientais e condições ajustadas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, bem como das disposições da legislação ambiental, as quais deverão ser implementadas e mantidas até que seja apreciado, definitivamente, pela respectiva Câmara Técnica, o requerimento de regularização ambiental de licença de instalação corretiva.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO

O descumprimento total ou parcial do compromisso assumido implicará a rescisão do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e sujeitará a **COMPROMISSÁRIA**, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, ao que segue:

- a) Suspensão total e imediata das atividades;
- b) Multa simples de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) em caso de descumprimento do TAC. O valor da multa será aplicado independentemente do número de cláusulas descumpridas ou cumpridas fora do prazo, com acréscimo de 30% (trinta por cento) por cláusula descumprida ou cumpridas fora do prazo, a partir da segunda cláusula descumprida.
- c) Aplicação imediata das sanções administrativas previstas na legislação vigente, notadamente, o Decreto Estadual nº 47.383/2018, com encaminhamento de cópia do Auto de Infração ao Ministério Público;
- d) Encaminhamento de cópia do processo à Advocacia Geral de Estado – AGE - para providências quanto à execução do presente TAC e demais medidas cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor da multa será atualizado com base na taxa Selic, nos termos do art. 8º, da Lei nº 21.735/2015.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula se dará de forma cumulativa e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.



PARÁGRAFO TERCEIRO. A eventual inobservância pela COMPROMISSÁRIA de quaisquer das obrigações, condições e dos prazos estabelecidos no presente Termo, desde que comprovadamente decorrente de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil Brasileiro, não configurará o seu descumprimento, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à SUPRAM/SUPPRI, que analisará o alegado, podendo fixar novo prazo para o adimplemento da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO

O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta produzirá efeitos a partir da data prevista na cláusula oitava e terá eficácia de título executivo extrajudicial, inclusive com relação às cominações de multa, na forma dos arts. 5º, § 6º, da Lei 7347/1985, e art. 784, II, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE EXCLUEM A RESPONSABILIDADE PELO INADIMPLEMENTO

O encerramento das atividades não exime a COMPROMISSÁRIA da comprovação do cumprimento das cláusulas deste termo, devendo ser analisadas pela COMPROMITENTE as pendências de obrigações ambientais do empreendedor, que deverá equacionar eventual passivo ambiental existente, na forma da legislação ambiental.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE NA HIPÓTESE DE SUCESSÃO

O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta obriga, em todos os termos e condições, a COMPROMISSÁRIA e seus sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento é de 02 (dois) anos, devendo ser observados os prazos das obrigações constantes na CLÁUSULA SEGUNDA, podendo ser prorrogado mediante requerimento fundamentado da COMPROMISSÁRIA e concordância da COMPROMITENTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O requerimento para prorrogação do Termo de Ajustamento de Conduta deverá ser protocolado antes de seu vencimento e não importa em prorrogação automática da validade do TAC. A prorrogação só se efetivará após a assinatura de termo aditivo pelas partes.



PARÁGRAFO SEGUNDO. Este TAC terá sua validade extinta na data de publicação da decisão relativa ao requerimento de Licença, ou ao final do prazo estipulado no caput dessa cláusula, se não houver prorrogação do TAC, o que acontecer primeiro.

CLÁUSULA NONA – DOS DOCUMENTOS


Todos os documentos referidos neste Termo de Ajustamento de Conduta, depois de rubricados pela COMPROMISSÁRIA e pela COMPROMITENTE, passarão a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos fossem.


CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO


Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, para dirimir as questões decorrentes do presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem devidamente acordadas, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, passando todos os documentos referidos no presente termo, inclusive os atos constitutivos pertinentes, a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos nele estivessem.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2019


Manoel Nogueira Alves Pereira
Orthocrin Indústria e Comércio LTDA


Ana Paula Prates Pereira Borlido
Orthocrin Indústria e Comércio LTDA


Nathália Luiza Fonseca Martins
Superintendente Regional de Meio Ambiente
SUPRAM Central Metropolitana

Nathália Luiza Fonseca Martins
Masp
Superintendente Regional de Meio Ambiente
Central Metropolitana



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana – SUPRAM CM
